



**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI DO GRUPO
ÂNIMA EDUCAÇÃO**

**ERIKA LOPES SOARES
ISABELLA COLARES DE ALMEIDA
LARA LOPES PEREIRA
VICTORIA EVANGELISTA AGUIAR DA SILVA
WESLEI LOPES RIBEIRO**

**OS ESTADOS UNIDOS APÓS ATOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE
2001: UMA ANÁLISE DO QUE MUDOU A MENTALIDADE E SEGURANÇA
NACIONAL DO PAÍS**

São Paulo

2023

**ERIKA LOPES SOARES
ISABELLA COLARES DE ALMEIDA
LARA LOPES PEREIRA
VICTORIA EVANGELISTA AGUIAR DA SILVA
WESLEI LOPES RIBEIRO**

**OS ESTADOS UNIDOS APÓS ATOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE
2001: UMA ANÁLISE DO QUE MUDOU A MENTALIDADE E SEGURANÇA
NACIONAL DO PAÍS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Anhembi Morumbi, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel.

Orientador(a): Prof. Alessandra Cavalcante de Oliveira

São Paulo

2023

**ERIKA LOPES SOARES
ISABELLA COLARES DE ALMEIDA
LARA LOPES PEREIRA
VICTORIA EVANGELISTA AGUIAR DA SILVA
WESLEI LOPES RIBEIRO**

**OS ESTADOS UNIDOS APÓS ATOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE
2001: UMA ANÁLISE DO QUE MUDOU A MENTALIDADE E SEGURANÇA
NACIONAL DO PAÍS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Educação e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi.

São Paulo, 08 de dezembro de 2023.

Prof. e orientadora: Alessandra Cavalcante de Oliveira

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Vila Olímpia

Curso: Relações Internacionais

Orientadora: Alessandra Cavalcante de Oliveira

Acadêmicos: Erika Lopes Soares, Isabella Colares de Almeida, Lara Lopes Pereira, Victoria Evangelista Aguiar da Silva e Weslei Lopes Ribeiro.

São Paulo, 08 de dezembro de 2023.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as consequências do ataque terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos, com foco nas mudanças nas políticas de segurança interna, impacto nas relações diplomáticas e militares, e a percepção global do terrorismo e legislação internacional antiterrorismo. A metodologia adotada é qualitativa, baseando-se na análise de documentos oficiais, legislações, discursos políticos, e literatura acadêmica relevante. A pesquisa revela que o 11 de setembro desencadeou mudanças significativas na política interna dos EUA, especialmente com a criação do Departamento de Segurança Interna (DHS) e a implementação do USA PATRIOT Act, que ampliou os poderes de vigilância do governo. No âmbito internacional, as relações diplomáticas e militares dos Estados Unidos foram profundamente afetadas, evidenciadas pelas invasões do Afeganistão e Iraque e o realinhamento de alianças. A expansão das operações militares e o uso de drones em países não declarados como zonas de guerra são exemplos claros do impacto dessas mudanças. A nível global, a percepção do terrorismo e a legislação antiterrorismo também sofreram transformações. A União Europeia, por exemplo, adotou leis mais rigorosas para o combate ao financiamento do terrorismo. Além disso, observa-se um aumento na segurança e vigilância em escala global, com países incorporando regulamentações mais estritas. Conclui-se que os eventos de 11 de setembro não apenas transformaram as políticas de segurança e as relações exteriores dos EUA, mas também moldaram a abordagem global em relação ao terrorismo. As medidas adotadas, embora visando a segurança, levantam questões sobre o equilíbrio entre liberdade e segurança, e o impacto dessas políticas na sociedade e nas relações internacionais.

Palavras-chave: 11 de setembro. Segurança Interna. Relações Diplomáticas. Terrorismo. Legislação Antiterrorismo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the consequences of the 9/11 terrorist attack on the United States, focusing on changes in internal security policies, the impact on diplomatic and military relations, and the global perception of terrorism and international anti-terrorism legislation. The methodology adopted is qualitative, based on the analysis of official documents, legislation, political speeches, and relevant academic literature. The research reveals that 11 September triggered significant changes in US domestic policy, especially with the creation of the Department of Homeland Security (DHS) and the implementation of the USA PATRIOT Act, which expanded the government's surveillance powers. Internationally, the United States' diplomatic and military relations have been profoundly affected, evidenced by the invasions of Afghanistan and Iraq and the realignment of alliances. The expansion of military operations and the use of drones in countries not declared as war zones are clear examples of the impact of these changes. At a global level, the perception of terrorism and anti-terrorism legislation have also undergone transformations. The European Union, for example, has adopted stricter laws to combat terrorist financing. In addition, there has been an increase in security and surveillance on a global scale, with countries incorporating stricter regulations. It can be concluded that the events of 11 September not only transformed US security policies and foreign relations, but also shaped the global approach to terrorism. The measures adopted, while aimed at security, raise questions about the balance between freedom and security, and the impact of these policies on society and international relations.

Keywords: 11th September. Homeland Security. Diplomatic Relations. Terrorism. Anti-Terrorism Legislation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. METODOLOGIA	8
1.2. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE.....	8
2. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA INTERNA DOS EUA APÓS O 11 DE SETEMBRO.....	10
2.1. ANÁLISE DA RECONFIGURAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR DOS EUA...	12
2.2. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÓS-11 DE SETEMBRO NAS PERCEPÇÕES GLOBAIS DO TERRORISMO.....	14
2.3. EXPANSÃO DA REGULAÇÃO FINANCEIRA	16
3. DISCUSSÃO	18
4. CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 representam um marco histórico na abordagem de segurança nacional e política externa dos Estados Unidos. Este evento chocante não só redefiniu a luta global contra o terrorismo, mas também impulsionou uma reavaliação profunda das políticas e estratégias de segurança dentro e fora das fronteiras americanas. Este estudo foca nas mudanças implementadas na segurança nacional dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro, analisando tanto as políticas internas quanto o impacto nas Relações Internacionais.

Como os atentados de 11 de setembro alteraram as políticas de segurança nacional dos Estados Unidos e qual foi o impacto dessas mudanças na dinâmica das Relações Internacionais? Quais são as principais mudanças na segurança nacional dos Estados Unidos pós-11 de setembro e como essas mudanças afetaram o cenário geopolítico internacional? Parte-se da hipótese que a reação dos Estados Unidos aos ataques de 11 de setembro resultou em um aumento significativo nas medidas de segurança interna, influenciando as políticas globais de combate ao terrorismo. As mudanças na política externa dos EUA pós-11 de setembro contribuíram para a intensificação de conflitos internacionais e redefinição de alianças globais.

O objetivo deste trabalho é analisar as transformações na segurança nacional dos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001 e avaliar seu impacto nas Relações Internacionais, e em específico, investigar as mudanças nas políticas de segurança interna dos EUA após o 11 de setembro; avaliar o impacto dessas mudanças nas relações diplomáticas e militares dos Estados Unidos com outros países e examinar a influência das políticas pós-11 de setembro na percepção global do terrorismo e na legislação internacional antiterrorismo.

Este estudo é relevante por contribuir para a compreensão das consequências a longo prazo dos atentados de 11 de setembro no cenário político global. Além disso, oferece informações sobre o equilíbrio entre segurança nacional e direitos civis, um tópico de significativa importância em um mundo cada vez mais interconectado e propenso a ameaças transnacionais.

A pesquisa será realizada por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, incluindo análise de documentos oficiais, publicações acadêmicas, e relatórios de organizações internacionais. Além disso, será utilizada uma abordagem qualitativa

para analisar o impacto das políticas adotadas pelos estados unidos no contexto internacional pós-11 de setembro.

1.1 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, focada na análise e interpretação de dados relacionados às mudanças nas políticas de segurança nacional dos Estados Unidos pós-11 de setembro, impacto dessas mudanças nas relações diplomáticas e militares e na percepção global do terrorismo. A pesquisa qualitativa é adequada para este estudo, pois permite uma compreensão aprofundada dos processos, das motivações e das mudanças que ocorreram em um contexto complexo e multifacetado como o da segurança internacional pós-11 de setembro.

A pesquisa se baseará em uma variedade de fontes secundárias, incluindo:

- i Literatura acadêmica: Artigos de revistas especializadas, livros e capítulos de livros que abordam os temas de segurança nacional, Relações Internacionais e contraterrorismo.
- ii Documentos oficiais e relatórios: Documentos governamentais, relatórios de organizações internacionais (como a ONU e o GAFI) e documentos de política pública.
- iii Análise de mídia: Artigos de jornais e revistas, bem como reportagens televisivas que discutem os eventos pós-11 de setembro e suas consequências globais.

1.2. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Os dados coletados serão analisados através da análise de conteúdo, um método que permite a identificação de padrões, temas e significados nos textos. A análise será conduzida em três etapas principais:

- i Pré-análise: Esta fase envolve a organização do material, a formulação das hipóteses e objetivos da pesquisa, e a definição dos indicadores para a interpretação dos dados.
- ii Exploração do material: Nesta etapa, o material coletado será lido de forma intensiva e os dados relevantes serão codificados e categorizados.
- iii Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Os dados codificados serão analisados para identificar tendências, correlações e padrões. A interpretação dos dados buscará responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos estabelecidos.

A pesquisa respeitará os princípios éticos fundamentais, incluindo a integridade acadêmica e o uso responsável de fontes. Todas as fontes serão devidamente citadas e reconhecidas, e qualquer dado sensível será tratado com a devida confidencialidade e respeito.

O seguinte Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa sintetizar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação.

Inicia-se pela introdução, que consta de maneira delimitada o tema tratado, isto é, os Estados Unidos após atos terroristas de 11 de setembro de 2001 sob a ótica de uma análise profunda do que mudou a mentalidade e segurança nacional do país, mostrando seus objetivos e a problemática envolvida. A metodologia descreve detalhadamente os métodos usados na pesquisa, incluindo a abordagem, coleta e análise de dados, não esquecendo dos procedimentos de análise.

Em sequência, temos o desenvolvimento, dividido em duas etapas principais, começando com a apresentação de termos, conceitos e história. Colocando em xeque as mudanças nas políticas de segurança interna dos EUA após o 11 de setembro, tratando a respeito da reconfiguração da estratégia militar nacional, o impacto de políticas de cunho racial/social impostas sob as percepções globais do terrorismo, e a expansão da regulação financeira. Numa segunda etapa, ainda no âmbito do desenvolvimento, temos a mostra de discussões acerca do tema, onde efetua-se o aprofundamento dos sentimentos envolvidos, das técnicas e estratégias utilizadas, das maneiras como foram abordadas as situações, do ciclo midiático criado para infundir massas a apoio extraordinário, do nacionalismo e patriotismo enquanto

ferramentas de persuasão para atingir objetivos de campanha política, justificadas a partir do combate ao inimigo externo, o terrorismo.

Por fim, a conclusão, que sintetiza as informações e dados indicados e analisa com contribuições sugestivas em função do desafio diário enquanto sociedade para equilibrar as necessidades de segurança com a preservação das liberdades civis e da confiança social.

Em última instância da composição estão os elementos pós-textuais utilizados, compostos pelas referências, reunidas em lista, todas as fontes consultadas e citadas ao longo do trabalho, seguindo as normas da ABNT e o padrão do Ecossistema Ânima de Educação.

2. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA INTERNA DOS EUA APÓS O 11 DE SETEMBRO

Após os ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos perceberam a necessidade de uma coordenação mais eficiente em sua segurança interna, levando à criação do Departamento de Segurança Interna (DHS) em 2002. Esta nova entidade unificou 22 agências federais diferentes, representando a maior reorganização governamental desde a criação do Departamento de Defesa (Bartolucci; Skoczyliis, 2017).

O DHS foi encarregado de uma gama diversificada de funções, desde a proteção de fronteiras e imigração até a segurança cibernética e resposta a emergências (Allen, 2011). Esta integração visava não apenas melhorar a resposta a ameaças terroristas, mas também gerenciar desastres naturais e outros riscos internos de maneira mais eficiente. Apesar de seus objetivos nobres, o DHS enfrentou críticas, especialmente em relação à violação de direitos civis e questões de privacidade. Desafios na coordenação entre agências e a eficácia em responder a ameaças reais também foram pontos de preocupação (Amoore; De Goede, 2008).

O USA PATRIOT Act, aprovado em 2001, ampliou significativamente os poderes de vigilância e investigação do governo dos EUA. Ele permitiu um acesso mais fácil a registros pessoais e aumentou a capacidade do governo de monitorar comunicações e atividades financeiras (Byman, 2005). Este ato gerou um debate intenso sobre o equilíbrio entre segurança nacional e liberdade civil. Enquanto alguns argumentaram que tais medidas eram necessárias para prevenir futuros ataques, outros viam-nas como uma erosão dos direitos civis (Art; Richardson, 2007).

Ao longo dos anos, o PATRIOT Act foi sujeito a várias revisões e debates, refletindo a tensão contínua entre segurança e liberdade (Balwin, 1993). A necessidade de melhorar o compartilhamento de informações e colaboração entre agências como a CIA, FBI e NSA tornou-se uma prioridade (Buchanan; Keohane, 2006). Esses esforços visavam eliminar as lacunas de informações que contribuíram para o sucesso dos ataques de 11 de setembro.

Houve um aumento significativo no investimento em segurança de fronteiras e proteção de infraestruturas críticas, como redes de transporte e usinas de energia (Crenshaw, 2006). O ambiente de segurança em constante evolução, incluindo ameaças cibernéticas e terrorismo doméstico, continua a desafiar as estratégias de segurança dos EUA. A experiência desde o 11 de setembro sugere a necessidade de uma abordagem adaptativa e ágil para a segurança interna (Dahl, 2009).

As iniciativas antiterrorismo dos EUA levaram à reconfiguração de alianças de segurança. A OTAN invocou pela primeira vez o Artigo 5º - um ataque contra um membro é um ataque contra todos - em resposta aos ataques de 11 de setembro, marcando um novo capítulo na cooperação militar transatlântica (Baldwin, 1993). As guerras no Afeganistão e no Iraque e a retórica política subsequente às vezes exacerbaram as tensões com países de maioria muçulmana, influenciando as percepções e as relações diplomáticas (Aron, 2002).

As ações militares e políticas dos EUA após o 11 de setembro trouxeram desafios significativos para sua diplomacia e imagem global. Questões como os direitos humanos em Guantánamo e as revelações de vigilância da NSA afetaram a reputação dos EUA no cenário mundial (Greenwald, 2014). A Guerra ao Terror iniciada pelos EUA moldou o discurso global sobre o terrorismo e as estratégias para combatê-lo. As políticas antiterroristas dos EUA após o 11 de setembro influenciaram significativamente a legislação antiterrorista em todo o mundo. Muitos países

adotaram leis mais rigorosas de vigilância e segurança, muitas vezes inspiradas ou pressionadas pelo modelo americano (Buchanan; Keohane, 2006).

O pós-11 de setembro viu a criação ou o fortalecimento de vários regimes e normas internacionais focados no combate ao terrorismo. Isso inclui resoluções da ONU e a expansão do papel do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) na luta contra o financiamento do terrorismo (Crenshaw, 2006). Embora essas mudanças na legislação e nas normas internacionais tenham sido amplamente vistas como necessárias, também surgiram preocupações sobre o impacto na soberania nacional, liberdades civis e direitos humanos, levando a um debate global contínuo (Art; Richardson, 2007).

2.1. ANÁLISE DA RECONFIGURAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR DOS EUA

A invasão do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003 são exemplos dessa nova abordagem, onde ações militares diretas foram empregadas contra estados e grupos considerados ameaças (Keohane, 2002; Laqueur, 1999). Houve um investimento significativo no desenvolvimento de novas tecnologias e táticas militares, incluindo o uso de drones para ataques direcionados e vigilância. Essas estratégias têm sido cruciais na luta contra grupos terroristas, mas também levantaram questões sobre a legalidade e os impactos humanitários dessas táticas (Calhoun, 2016).

Os EUA se envolveram em vários conflitos assimétricos onde enfrentaram insurgentes e grupos terroristas, não exércitos convencionais. Esses conflitos, notavelmente no Oriente Médio e no Sudeste Asiático, exigiram adaptações nas estratégias militares tradicionais (Gompert; Gordon, 2008). O enfrentamento de insurgências em territórios estrangeiros, como no Iraque e Afeganistão, apresentou desafios significativos para os EUA. O combate a insurgentes em ambientes urbanos e montanhosos exigiu uma abordagem mais flexível e adaptada, frequentemente com ênfase em operações especiais e contra insurgência (Jones, 2009).

Houve um fortalecimento significativo na segurança de infraestruturas críticas nos EUA, incluindo transporte, sistemas de energia e redes de comunicação. Medidas como inspeções mais rigorosas em aeroportos e portos foram implementadas para prevenir ataques terroristas (DHS, 2018). O aumento das ameaças cibernéticas levou

a um foco renovado na segurança cibernética. O DHS e outras agências federais dos EUA ampliaram seus esforços para proteger infraestruturas críticas contra ataques cibernéticos, que podem desabilitar sistemas essenciais ou vazarem informações sensíveis (NIST, 2013).

As estratégias de resposta a emergências foram revisadas e aprimoradas para lidar melhor com ataques terroristas e desastres naturais. Isso incluiu a implementação de sistemas de comunicação mais eficientes entre agências de segurança e primeiros socorros (FEMA, 2019). Os EUA aumentaram a colaboração internacional para a segurança de infraestruturas críticas. Isso envolveu compartilhar informações e melhores práticas com outros países para melhorar a segurança global das infraestruturas (NATO, 2014).

Em alguns casos, os EUA adotaram uma abordagem unilateral em sua política externa, especialmente na decisão de invadir o Iraque em 2003. Esta ação foi amplamente criticada e levou a tensões com aliados tradicionais que se opunham à guerra (Waltz, 2002). A ajuda externa dos EUA foi, em parte, reorientada para apoiar a construção de capacidades antiterroristas em países estratégicos. Isso incluiu treinamento militar e assistência em segurança, com foco na prevenção do terrorismo (Bures, 2018).

Houve um aumento na diplomacia e cooperação internacional para combater o terrorismo. Iniciativas como o Diálogo Estratégico com países do Oriente Médio e Ásia Central buscaram fortalecer a cooperação em questões de segurança (Rogers, 2016). As ações dos EUA após o 11 de setembro influenciaram o desenvolvimento de novas normas e padrões internacionais no combate ao terrorismo, incluindo resoluções da ONU e diretrizes do GAFI sobre financiamento do terrorismo (GAFI, 2018).

Houve pressão sobre vários países para que adotassem legislações antiterrorismo alinhadas com as diretrizes internacionais, muitas vezes influenciadas pela política dos EUA. Isso resultou em uma onda global de novas leis antiterrorismo (Weiss, 2013). As políticas antiterrorismo dos EUA e as leis internacionais resultantes levantaram preocupações sobre direitos humanos e liberdades civis. A detenção de suspeitos sem julgamento e a vigilância massiva foram pontos de contestação (Ryder et al., 2018).

As políticas dos EUA reforçaram a cooperação jurídica internacional, com mais países compartilhando informações de inteligência e colaborando em extradições e processos legais relacionados ao terrorismo (Romaniuk, 2010).

2.2. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÓS-11 DE SETEMBRO NAS PERCEPÇÕES GLOBAIS DO TERRORISMO

As políticas antiterrorismo dos EUA desencadearam um amplo debate sobre o equilíbrio entre segurança nacional e liberdades civis. Medidas como vigilância em massa e detenções sem julgamento foram vistas por muitos como ameaças aos direitos humanos e à privacidade (Greenwald, 2014). As iniciativas globais dos EUA no combate ao terrorismo reforçaram a percepção de sua hegemonia na política mundial. Isso levou a uma visão crítica em algumas regiões, onde as políticas dos EUA foram vistas como uma forma de imperialismo (Ikenberry, 2014).

A abordagem dos EUA influenciou diretamente as políticas antiterrorismo de outros países. Muitas nações adotaram leis e práticas semelhantes, algumas vezes sob pressão dos EUA ou como condição para assistência financeira ou militar (Romaniuk et al., 2017). A liderança dos EUA no combate ao terrorismo fortaleceu a cooperação internacional nesta área. Iniciativas como a coalizão global contra o Estado Islâmico e acordos de compartilhamento de inteligência são exemplos dessa influência (Byman, 2005). A postura dos EUA após o 11 de setembro impactou o funcionamento de organizações internacionais como a ONU. A necessidade de responder ao terrorismo resultou em novas resoluções e iniciativas dentro desses órgãos (UNOCT, 2018).

A estratégia de contraterrorismo dos EUA, incluindo o uso intensivo de drones e operações especiais, remodelou o panorama da segurança global. O alcance dessas operações, muitas vezes conduzidas em territórios sem declaração formal de guerra, gerou debates sobre soberania, direito internacional e ética em conflitos (Calhoun, 2016).

Enquanto algumas nações se juntaram aos EUA em suas iniciativas antiterrorismo, outras expressaram preocupações sobre violações de direitos humanos e o respeito à soberania nacional. Esta divisão impactou a formação de coalizões e a eficácia da resposta global ao terrorismo (Bensahel, 2006). O foco na

segurança nacional e no contraterrorismo levou a uma reorientação da diplomacia americana. Embaixadas e missões diplomáticas passaram a ter um papel crucial na coordenação de esforços de inteligência e segurança com países anfitriões, ampliando o escopo da diplomacia tradicional (Mead, 2006).

A abordagem dos EUA no combate ao terrorismo alterou significativamente a sua imagem internacional. As ações militares em territórios estrangeiros, especialmente no Oriente Médio, levantaram questões sobre o papel dos EUA como líder mundial e defensor dos direitos humanos (Gardner, 2007). As relações dos EUA com países como Paquistão, Afeganistão, e nações do Golfo Pérsico, passaram por fases de tensão e cooperação devido às políticas de contraterrorismo. A necessidade de bases militares e apoio logístico nesses países levou a uma complexa rede de relações bilaterais (Lake, 2010).

A influência das políticas dos EUA estendeu-se à legislação nacional de diversos países. Muitos Estados, em resposta às diretrizes internacionais e pressões diplomáticas dos EUA, promulgaram leis antiterrorismo ou revisaram suas legislações existentes. Isso incluiu a adoção de leis que expandiam os poderes de vigilância e investigação, bem como medidas para combater o financiamento do terrorismo. Essas mudanças, no entanto, levantaram preocupações sobre o equilíbrio entre segurança e direitos humanos em várias jurisdições (Human Rights Watch, 2004).

As políticas antiterrorismo dos EUA e as normas internacionais correspondentes foram alvo de críticas significativas. Grupos de direitos humanos e acadêmicos argumentaram que essas medidas poderiam levar a violações dos direitos humanos e enfraquecer as liberdades civis. Além disso, a aplicação dessas leis variou significativamente entre os países, levantando questões sobre a eficácia e coerência global dessas medidas (Human Rights Watch, 2004; Romaniuk, 2010b).

As políticas de contraterrorismo dos EUA pós-11 de setembro moldaram de maneira decisiva a legislação internacional antiterrorismo. Enquanto essas políticas foram essenciais para estabelecer um marco legal global mais robusto contra o terrorismo, também desencadearam debates sobre direitos humanos e a eficácia das medidas adotadas. Essa dualidade reflete a complexidade do desafio global do terrorismo no século XXI (Romaniuk, 2010a; Human Rights, 2004).

A reação dos Estados Unidos aos ataques de 11 de setembro de 2001 resultou em uma expansão significativa de suas atividades de inteligência e vigilância, tanto a nível nacional quanto internacional. Esta seção examina como essas atividades evoluíram e as implicações decorrentes. A aprovação do USA PATRIOT Act em 2001 marcou um ponto de inflexão na abordagem da inteligência interna dos EUA. A lei expandiu significativamente os poderes das agências de inteligência, permitindo uma ampla coleta de dados e vigilância de cidadãos e não cidadãos nos Estados Unidos. Isso incluiu a monitorização de comunicações telefônicas e online sem a necessidade de mandado judicial em determinados casos (The White House, 2002b).

No cenário internacional, os EUA fortaleceram a cooperação de inteligência com aliados e expandiram suas atividades de espionagem. Isso envolveu o compartilhamento de inteligência com países aliados e a realização de operações de vigilância em escala global. Documentos revelados por Edward Snowden em 2013 expuseram a extensão dessas atividades, incluindo a vigilância de líderes mundiais e cidadãos de outros países (Greenwald, 2014).

A expansão da vigilância gerou preocupações significativas sobre a privacidade e as liberdades civis. Críticos argumentaram que tais medidas infringiam direitos básicos e estabeleciam um precedente perigoso para o monitoramento governamental irrestrito. As revelações de Snowden, em particular, provocaram um debate público sobre o equilíbrio entre segurança e privacidade (Greenwald, 2014).

A expansão das atividades de inteligência e vigilância dos EUA após o 11 de setembro representou uma mudança fundamental na forma como o país aborda a segurança nacional. Enquanto estas medidas foram justificadas como essenciais para prevenir futuros ataques terroristas, elas também levantaram questões críticas sobre a proteção dos direitos civis e a privacidade tanto dentro dos Estados Unidos quanto no exterior (The White House, 2002b; Greenwald, 2014).

2.3. EXPANSÃO DA REGULAÇÃO FINANCEIRA

A Diretiva da UE sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo exemplifica essa mudança, exigindo que as instituições

financeiras adotem medidas robustas de *due diligence* e reportem transações suspeitas (UE, 2015).

Centros financeiros globais, como Suíça e Singapura, também adotaram regulamentações mais rígidas para combater o financiamento do terrorismo. Isso se manifestou na adoção de leis que impõem restrições a transações financeiras e exigem maior transparência de entidades bancárias e outras instituições financeiras. Essas mudanças refletem a pressão internacional para que todos os centros financeiros adiram a padrões internacionais de combate ao financiamento do terrorismo (GAFI, 2018).

O Brasil, como parte de seu compromisso com a segurança global, adotou medidas para se alinhar às normas internacionais de combate ao financiamento do terrorismo. Isso incluiu a revisão de sua legislação para fortalecer o monitoramento e a fiscalização de transações financeiras suspeitas, bem como a cooperação internacional nesse campo. A criação do COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) é um exemplo dessa adaptação às normas globais (Brasil, Lei Nº 9.613, 1998).

Embora a expansão da regulação financeira seja um passo importante no combate ao financiamento do terrorismo, ela apresenta limites e desafios. Isso inclui a dificuldade em rastrear transações devido à complexidade dos sistemas financeiros globais e a necessidade de equilibrar segurança com privacidade e liberdades civis. Além disso, a eficácia dessas medidas é frequentemente questionada em termos de sua real capacidade de prevenir atos terroristas (Eckert & Biersteker, 2008).

A cooperação internacional também tem sido um aspecto chave da abordagem do Brasil. O país tem participado ativamente em fóruns internacionais sobre o combate ao financiamento do terrorismo e tem estabelecido parcerias com outros países para troca de informações e melhores práticas. Essa cooperação é crucial, dado o papel do Brasil como um hub financeiro regional e sua exposição a fluxos financeiros internacionais (Brasil, Decreto No 5.639, 2005).

No entanto, a inserção do Brasil neste regime global não esteve isenta de desafios. Questões como a adequação dos recursos para a implementação efetiva das medidas, a necessidade de equilibrar segurança e privacidade, e a importância

de manter um ambiente financeiro favorável ao desenvolvimento econômico foram desafios constantes para o país. Essa inserção demonstra a importância de uma abordagem adaptável e colaborativa para lidar com a ameaça global do financiamento do terrorismo.

3. DISCUSSÃO

Antes de refletir sobre o medo como conceito sobre o qual se constroem estratégias de dominação política (Niccolò Machiavelli; Zimmerhoff, 2017), é necessário definir o que se entende por medo e quais são suas reações. O medo dos cidadãos americanos foi provocado pela magnitude e transmissão constante dos atentados de 11 de setembro de 2001. Sigmund Freud aponta que há uma tendência em nós de experimentar aqueles afetos cujos sinais observamos nos outros. Assim, aqueles que observaram o evento por qualquer meio experimentaram a sensação de medo daqueles que viveram esse evento. Por outro lado, a teoria da intensificação do contágio afirma que o medo coletivo cresce em proporções imensas sob a influência da indução (contágio). Ou seja, o medo tomou proporções cada vez maiores, pois foi transmitido de pessoa para pessoa. Essa ação se intensifica quando quanto maior o número de pessoas em que se observa a mesma emoção, intensifica-se a carga afetiva dos indivíduos integrados (Sigmund Freud, 1921). O país inteiro vivenciou os acontecimentos dos atentados terroristas de 11/9 através das imagens transmitidas pela televisão. Gerou-se, assim, um estado de medo coletivo, especialmente por causa do slogan do uso de armas de destruição em massa que supostamente seriam usadas em caso de ser atacado novamente, empunhado pelo governo dos EUA para intimidar o povo e induzir o mundo à aceitação de sua nova estratégia política de penetração.

O sentimento de vulnerabilidade potencializa os medos e pode gerar um impacto traumático, apresentando diferentes reações como medo de situações futuras, sentimento de perseguição, paralisia, paranoia e pode facilitar a persuasão das pessoas, que é um elemento-chave em resposta à reprodução do medo (Orwell, 1949).

Após os atentados de 11/9, alguns cidadãos norte-americanos ficaram em constante estado de alerta para a probabilidade de supostos ataques a seguir,

perdendo de vista a realidade e os riscos à sua segurança, gerando sentimentos de angústia e perseguição (Jacoby, 2009). Isso tornou possível ver prováveis terroristas em todos os lugares.

Da mesma forma, estabelece que quando milhares de sujeitos são ameaçados simultaneamente dentro de um determinado regime político, ameaça e medo caracterizam as relações sociais, afetando a consciência e o comportamento dos sujeitos. O medo, a angústia e outras sensações dependem de como são manuseadas pelo indivíduo. Os indivíduos tendem a voltar sua consciência para reviver eventos passados que estão emocionalmente ligados a um determinado evento. E todo acontecimento vivido com angústia é registrado dentro de nós e é acionado como um alarme em cada situação que se assemelha a ele. A contaminação do presente pelo passado possibilita o medo de que tais eventos voltem a acontecer e, por sua vez, pelo sentimento de medo, criem uma construção sobre possíveis eventos futuros de mesma magnitude ou até mais graves, que o indivíduo estará em um estado de sofrimento pelo que pode acontecer no futuro (Foucault, 1977).

A sociedade afetada por essa experiência de terror vive sob um estado de medo e um sentimento de vulnerabilidade. As reações ao medo ocorrem de maneiras diferentes em cada indivíduo. É claro que cada sujeito assustado reage em busca de sua segurança, criando medo do outro e desconfiando de todos. Cada pessoa acha o vizinho suspeito e teme que o vizinho o ache suspeito, gerando assim uma enorme paranoia (Glassner, 2018).

O medo aparece com grande força na história e pelas reações descritas acima pode-se dizer que é um grande mobilizador de comportamentos e ações existentes. O medo é fácil de provocar, fácil de alcançar e pode ser muito duradouro: O medo sempre foi um instrumento que fundamentalmente tenta aqueles que detêm o poder político, econômico ou religioso (Milgram, 2010). Muitas pessoas que quiseram liderar seres humanos instrumentalizaram o medo, que é o que boa parte da política tem usado.

As estratégias de Bush recorreram à adaptação de estratégias e ideologias que enfatizavam a vulnerabilidade dos cidadãos, criando uma atmosfera de medo exaltando uma ameaça externa e interna, que põe em risco o bem-estar, a segurança nacional e a própria sobrevivência do indivíduo. Dessa forma, é possível consolidar um regime de terror aguçando a desconfiança social para fortalecer o papel protetor do Estado (Golding, 2016). Essa percepção é uma das premissas fundamentais sobre

as quais apoiamos nossa hipótese de que a atual administração dos EUA, liderada pelo presidente Bush, usa o fator externo do terrorismo como uma nova estratégia de governo. Isso lhe permite impor suas opções ideológicas nacional e internacionalmente, sob o pretexto de uma luta contra o terror, exportado pelos países árabes-muçulmanos.

A administração George W. Bush aproveitou-se disso para se manifestar como salvador e protetor num mundo de desordem e risco, conseguindo que os cidadãos inicialmente concedessem apoio maciço, cedendo todo o tipo de poderes extraordinários ao seu líder, permitindo-lhe levar a cabo decisões que em tempos normais não aceitariam tão facilmente (Rich, 2006). A necessidade de se sentir protegido, trocando liberdade por segurança, explicaria o sucesso dessa estratégia.

A ferramenta mais importante do governo Bush foi semear na população um sentimento de ameaça e medo de um inimigo (terrorismo), sinalizando um perigo iminente com o objetivo de mobilizar a sociedade. Exagerando os perigos, causas e consequências para se encaixar dentro da estrutura de seus objetivos e estratégias. O sucesso inicial da geração do medo consiste no fato de que a reação dos cidadãos é conciliada com os objetivos hegemônicos pretendidos: dominar os cidadãos para controlar suas reações, manipulando-os por seus sentimentos, limitando sua razão para criar seus próprios critérios. Dessa forma, o medo tem muitos usos políticos: serviu de desculpa para perseguir dissidentes, enriquecer determinados setores econômicos e reativar a economia, legitimar grandes extensões econômicas para aumentar os gastos com segurança (militares, policiais etc.) e enfraquecer as liberdades civis, entre outros. Em suma, o medo tem sido usado para manter privilégios e estruturas sociais. O medo é um instrumento de dominação e controle social, ou seja, uma arma de poder (Noam Chomsky, 2003).

Tanto os políticos quanto todos aqueles que desejam moldar os valores sociais para alcançar seus objetivos podem recorrer aos métodos de pesquisa da psicologia de massas. Visa compreender o comportamento de pessoas envolvidas em grandes grupos, multidões ou sociedades. Tentando explicar a influência que as ações de grandes grupos sociais exercem sobre um indivíduo e como isso tem impacto na hora de participar de movimentos. Examinar como os indivíduos preservam o poder de escolha diante de pressões externas de grupos sociais ou autoridade (Klein, 2010).

Em todas as épocas, as ideias da classe dominante são as ideias que governam, mas a influência das massas é tão poderosa que todos os governantes

devem confiar nelas para alcançar seus objetivos. Como sua ideologia é compartilhada por grande parte da sociedade, ele será apoiado pela sociedade para realizar seus objetivos (Perkins, 2005).

Os atentados terroristas de 11/9 uniram os cidadãos americanos de várias formas em massa devido à existência de um mesmo objeto de interesse, ou seja, aprofundar o sentimento de vulnerabilidade e a busca por sua segurança. Este evento foi promovido e ampliado pelo governo Bush para criar uma consciência de massa que exaltasse a nação sob a bandeira da defesa da liberdade. Foi o evento perfeito para cobrir sua própria estratégia, argumentando que o terrorismo tinha que ser combatido, uma ação apoiada pela maioria da população devido à necessidade de se sentir segura e protegida. Bush obteve o apoio político para justificar seus ataques e realizar os interesses econômicos pessoais nos quais baseia suas premissas. Por meio desse trabalho psicológico exercido sobre as massas, o poder reconcilia-se com as massas, a fim de identificá-las com suas lutas e pedir-lhes os sacrifícios necessários, a fim de realizar objetivos específicos voltados para a dominação (Klein, 2010). Adolf Hitler em seu livro *Mein Kampf* enfatiza que a verdadeira tática da psicologia de massas é manter as massas focadas no grande objetivo, neste caso a proteção da pátria, a segurança e o triunfo da guerra ao terror (Hitler, 1925).

Na guerra contra o terror, os cidadãos colocaram-se sob a liderança de Bush, que procurou persuadi-los através de ideias disfarçadas a perseguir os seus interesses pessoais. Por essa razão, o sucesso inicial de Bush não poderia ser explicado com base em um papel reacionário dentro de sua expansão territorial para uma zona de influência petrolífera, porque se ele tivesse assumido esse papel abertamente não teria sido apoiado pelos cidadãos (Woodward, 2006).

Os cidadãos se identificavam com Bush porque ele se mostrava o protetor e defensor da nação. A confiança dos cidadãos deu a Bush a extensão de poderes extraordinários para realizar a proteção exigida pelos cidadãos. Os cidadãos, cegos pela ideia de sua segurança, autorizaram medidas extremas de vigilância, suspeita e opressão (Woodward, 2006).

Para influenciar as massas, internalizando ideias e crenças, existem diferentes estratégias às quais os líderes recorrem. Como a constante afirmação, repetição e exagero de eventos e ideias violentas. Eles sabem que, se repetidos com frequência suficiente, tornam-se verdadeiros, contagiosos e aceitos pelas massas. Os ataques terroristas se repetiam incessantemente, criando uma atmosfera de vulnerabilidade,

espalhando um sentimento de insegurança e medo em relação aos estrangeiros (Kyvig, 2008).

Indivíduos fundidos nas massas passam a adquirir certas crenças a partir das histórias por meio de sugestões, aceitando muitas das persuasões ou sugestões coletivas. As massas são muito facilmente sugeridas, para isso uma ilusão é produzida em um indivíduo, ele afirma a ilusão inicial, sugerindo aos outros e infectando-os. A influência da sugestão orientará seus sentimentos, emoções e crenças em uma determinada direção e realizará a execução de certos atos, orientados na direção indicada por um líder ou uma autoridade forte (Sigmund Freud, 1921).

Imagens e discursos são meios pelos quais a imaginação das massas pode ser despertada, sugerida e persuadida. Para isso, é preciso levar em conta os sentimentos que animam os cidadãos, a fim de mostrar continuamente imagens e discursos que reavivem seus sentimentos (Sigmund Freud, 1921).

A arte dos governantes consiste principalmente em saber lidar com as palavras, já que seu poder é tão grande que basta escolher os termos certos para obter a aceitação das coisas mais odiosas. O uso de palavras pode moldar significados e atitudes, o uso de certas palavras pode evocar certas imagens na mente do indivíduo, e se certas imagens são adicionadas a certas palavras, o efeito pode ser ainda maior. Conhecer a arte de impressionar a imaginação das massas é conhecer a arte de governá-las. Não são os fatos que afetam o imaginário popular, mas a forma como são apresentados. Uma imagem ou evento visível causa uma grande impressão na imaginação dos indivíduos, e a interpretação nula dos eventos acrescenta a ela, a impressão aumenta. A ampliação de uma única catástrofe pode ser mais comovente do que vários acidentes de menor dimensão, mas juntos são mais catastróficos (Tzu; Pietro Nassetti, 2007).

As massas são influenciadas por associações, os julgamentos aceitos não são discutidos nem fundamentados. A faculdade de observação desaparece e, portanto, o olhar crítico desaparece nos indivíduos, ou seja, a capacidade de distinguir entre realidade e fantasia evita distinguir contradições e formular um juízo crítico. As massas têm grande força, têm o poder de se revoltar por qualquer causa, sendo o veículo para realizar mudanças sociais e/ou políticas de grande relevância. O governo está ciente do poder e da utilidade de dominá-los como meio de exercer controle. Assim, eles são sugeridos e manipulados para realizar seus próprios fins (Tzu; Pietro Nassetti, 2007). O medo desencadeado pelos ataques terroristas e os contínuos avisos do governo

foram as ferramentas políticas do governo Bush para mobilizar as massas em direção à sua estratégia política. Como consequência, desencadeou-se um nacionalismo recalcitrante, que desencadeou a permissão dos cidadãos para fortalecer as ações voltadas para a guerra contra o terrorismo (Klein, 2010).

Os membros de uma coletividade compartilham um território, história e cultura específicos, o que os faz sentirem-se idênticos. Um grupo de pessoas unidas sob sua própria identidade constitui uma nação. As identidades culturais consistem na memória coletiva ou precipitação de gerações de memórias e experiências compartilhadas, que são os elementos que unem as pessoas e contribuem para a formação de uma nação. O despertar da identidade nacional é um imperativo político, construído pelo Estado e reafirmado por meio do nacionalismo (Hobsbawm, 1992).

O nacionalismo considera a criação do Estado-nação indispensável para a realização das aspirações sociais, econômicas e culturais de um povo. Caracteriza-se sobretudo pelo sentido de comunidade de um povo, um sentimento baseado numa origem, língua e religião comuns. Em cada nação há uma estrutura histórica, que caracteriza a vida, as atividades e as ideias dos membros de uma sociedade, que nascem no seio de uma tradição (Hobsbawm, 1992).

No início, o nacionalismo facilitou a autodeterminação política e abrangeu diversas posições sociais, políticas e religiosas, mais tarde começou a exigir uniformidade e lealdade fundamental à medida que se tornou uma religião cívica ou nacionalismo integral, que determinava a maneira como as pessoas viam o mundo e seu lugar nele. Para se tornar uma religião cívica coerente, uniforme e merecedora de lealdade, a nação criou uma liturgia totalmente detalhada que, com seus símbolos e ações de massa, viria a dirigir os pensamentos e as necessidades do povo (Hobsbawm, 1992).

O nacionalismo é um elemento-chave na unificação das massas para exigir qualquer mudança, pode ser adotado sob suas diferentes faces, adotando formas racionais ou, às vezes, violentamente irracionais; identificando-se com ideias de grandeza nacional, expansionismo militar, superioridade racial e com políticas autoritárias, populistas e iliberais. Pode ser usado para promover rebeliões contra o Estado ou as classes dominantes, contra instituições e leis injustas, opressoras e corruptas. Como luta social e resistência contra a intrusão de um poder externo, como movimento pela independência nacional, autodeterminação, liberdade ou pode

mesmo ser realizado como um movimento selvagem, violento e emocional, que desencadeia ódios raciais (Anthony D. Smith, 1991).

Como mencionado acima, o nacionalismo pode ser usado por diferentes motivos e interesses, mas em nossa abordagem o nacionalismo é manipulado pelo governo e pelos cidadãos dos EUA como um movimento social contra a intrusão de uma força externa, ou seja, contra um ator não estatal chamado *Al-Qaeda*, que atacou os principais centros de poder dos EUA (Hobsbawm, 2001).

É neste contexto de identidade nacional em tempos de crise que se possibilita aos políticos conquistarem apoio nacional. O sentimento nacional ferido da população foi usado e explorado pelo poder político para realizar seus próprios fins e, assim, ser apoiado pela população. Através dos eventos ocorridos, o governo realizou propaganda nacional para legitimar movimentos ideológicos a seu favor (Anderson, 2006).

O governo consolidou a unidade nacional através do incessante estado de alarme e graças à existência de um adversário externo latente que minou a segurança e a estabilidade do país. Essa estratégia atribuía as causas de todos os males ao inimigo ao inventar, habitualmente, o uso do pronome nós para lembrar constantemente o indivíduo de sua pertença à nação, fomentando a consciência que o torna diferente dos demais (Klein, 2010).

No momento de ser atacado por uma força externa como o 11/9, as causas de todos os males eram atribuídas ao inimigo, no caso, o grupo árabe-muçulmano e, portanto, a todos os estrangeiros que viviam dentro do território americano, já que não podiam acreditar que um cidadão americano havia perpetuado tal ataque contra sua própria nação. No entanto, o que é alarmante nesta situação é que ela é julgada pela nacionalidade e não pela criminalidade. Além disso, como os Estados Unidos são uma nação de múltiplas identidades devido à imigração tradicional, isso resultaria no desencadeamento do ódio racial sob o preceito de que o inimigo é o estrangeiro de aparência árabe-muçulmana (Huntington, 1996).

O nacionalismo sugere a proteção da segurança e é em momentos de crise, diante do sentimento de vulnerabilidade, que a população busca proteção e segurança, cabendo ao Estado provê-la. Para proporcionar a segurança exigida pelos cidadãos, o governo implementou medidas nacionais que colocam os interesses de segurança nacional à frente dos individuais. Para tanto, o governo Bush não precisou impor suas políticas, uma vez que os cidadãos estavam dispostos a endossá-las em

razão do sentimento de vulnerabilidade causado pela ameaça vigente e pelo sentimento de terror, reafirmado e propagado pelo governo e seus instrumentos. Ele descreveu todos aqueles que se opunham à sua posição como dissidentes-antipatrióticos, apoiando-se mais uma vez no nacionalismo, uma vez que o nacionalismo fornece aos Estados os elementos para dismantelar os movimentos de emancipação nacional (Anthony D. Smith, 1991).

Nesse contexto, o patriotismo foi desencadeado entre os cidadãos americanos. Patriotismo é o desejo de elevar o prestígio e o poder da nação em comparação com outras nações. Esse sentimento foi acompanhado por tendências destrutivas em relação aos estrangeiros, gerando desconfiança, preconceito e sensação de superioridade. Uma vez exaltada a ideologia nacionalista, todas as outras ideologias podem ser destruídas (Smith; Hiden, 2012).

Nesse sentido, podemos observar que, em termos gerais, o nacionalismo tornou-se um dos principais sentimentos de coesão da população, cuja força possibilitou a Bush obter o consenso para realizar ações voltadas a atingir determinado fim. O nacionalismo que emergiu da guerra ao terror apela à segurança nacional, mas por trás dele esconde as tendências expansionistas do grande capital da elite política (Smith; Hiden, 2012).

A modernidade capitalista constitui o quadro histórico no qual se situa a emergência do racismo. No século XVIII, o Iluminismo levou ao surgimento de novas ciências, como a antropologia e a fisionomia, contribuindo para a classificação dos seres humanos e, assim, para a formação do racismo. O racismo é definido como uma ideologia visual ou sistema de pensamento que sustenta as desigualdades entre raças, que de acordo com uma escala estética produzirá protótipos, estereótipos, preconceitos e clichês, usados como medida dos valores morais humanos (Arendt, 1951).

No entanto, o racismo não consiste apenas em ideologias de supremacia racial: o racismo também inclui opiniões, atitudes e ideologias cotidianas, mundanas e negativas, e atos aparentemente sutis e outras discriminações contra minorias, ou seja, todos os atos e concepções sociais, processos, estruturas ou instituições que contribuem direta ou indiretamente para o domínio do setor branco e a subordinação das minorias (Arendt, 1951).

Em uma sociedade imigrante como os Estados Unidos, é difícil entender que a intolerância persiste, já que a diversidade é a norma, no entanto, em muitos casos, o

racismo é uma resposta para defender e justificar a estrutura de privilégio e opressão (Arendt, 1951).

Autoridades. Proteger e manter a posição de certos grupos e preservar a posição inferior de outros. É o conflito de interesses que faz o racismo funcionar e se reproduzir. O preconceito racial se acentua, portanto, quando qualquer setor da sociedade se sente ameaçado, invadido ou em risco, e emerge com mais força em períodos de conflito (Arendt, 1951).

O racismo ampara e reforça as normas de comportamento social, quem se desviar da norma será tomado como ameaça e deve ser expulso da sociedade, portanto a perseguição a quem for considerado ameaça é justificada. No rescaldo do 11/9, outras raças foram estigmatizadas porque foram percebidas como uma ameaça à segurança e aos valores. Esse preconceito racial se baseava na suposição de que um grupo terrorista islâmico perpetuava ataques terroristas contra grandes centros de poder dos EUA. O grupo árabe muçulmano foi estigmatizado como um elemento disruptivo no país e, por extensão, em todos os estrangeiros. O preconceito racial se baseia na crise do agente, sua fraqueza, seu sentimento de solapamento ou ameaça e, por outro lado, em sua capacidade de extrair os elementos de uma identidade negativa, de um grupo já racializado (Sheehi, 2010).

O racismo tem sido exercido diariamente na sociedade americana por meio de atitudes baseadas em crenças. Por parte de indivíduos, por parte de grupos, bem como difundido pelo governo, que propaga a discriminação com base no sistema e suas leis. É preocupante, pois vai além de uma ideologia porque envolve práticas de intimidação, exploração, agressão, perseguição e outras formas violentas que podem levar ao extermínio do grupo racializado, no caso os árabes-muçulmanos, sul-asiáticos e mexicanos. São até provocados por ataques perpetrados por instituições estatais, como a polícia, que em muitos casos baseiam suas ações em supostas violações da lei por parte dos indivíduos detidos (Bonilla-Silva, 2017).

O efeito cumulativo e estrutural de outras formas comuns de racismo menos violento que qualquer pessoa de um grupo minoritário provavelmente experimentará na política, no trabalho, na escola, na pesquisa acadêmica, em órgãos oficiais, lojas, mídia, locais públicos ou qualquer outra situação de interação com brancos é indiscutivelmente mais grave e insidioso. O efeito cumulativo do racismo sobre um indivíduo pode gerar maior violência, pois o grupo racializado pode reverter a violência sofrida devido ao ressentimento, criando um ciclo violento (Bonilla-Silva, 2017).

O discurso racista é particularmente eficaz como ferramenta de dominação política e social, pela força da convicção e de bases pseudocientíficas que o legitimam (BONILLA-SILVA, 2017). Os Estados Unidos caracterizam-se por ser um país com uma longa tradição racista desde a escravidão, no entanto o contexto social e político do terrorismo foi o que fez com que o racismo tivesse um grande eco e reacendesse, surgindo novos e maiores surtos racistas na sociedade apoiados pelas políticas, instituições e propaganda induzidas pelo governo após a busca de suas ambições expansionistas (Reynolds; Kendi, 2020).

Sem dúvida, o Estado tem um papel preponderante na redução ou aumento do racismo. Não podemos perder de vista que o Estado tem entre suas responsabilidades fundamentais a educação, a promulgação de leis, a administração da justiça e a manutenção de normas e valores na sociedade, e é por meio dessas ferramentas que utiliza para reproduzir ou eliminar o racismo (Klein, 2010).

O racismo das elites políticas tem uma longa tradição e, apesar de suas desculpas rotineiras e apelos oficiais por tolerância, ainda está com muita saúde hoje. Assim como foi feito nos Estados Unidos após os atentados terroristas de 11/9, o presidente Bush pediu tolerância para com os muçulmanos árabes e, sem ter que promulgar o racismo abertamente, o fez por meio de políticas e instituições criadas para combater o terrorismo, abrindo caminho para que indivíduos realizem práticas racistas. O racismo praticado nos Estados Unidos teve um processo de construção na sociedade. As instituições governamentais monopolizaram a fonte de informação, e uma intensa campanha de difamação contra árabes-muçulmanos foi lançada através da mídia. Racializar os estrangeiros em geral como migração era visto como sinônimo de terrorismo (Sheehi, 2010).

No momento em que o racismo é um fenômeno propriamente político ou estatal, ele utiliza agentes para sua institucionalização como intelectuais, lideranças religiosas e movimentos políticos, tornando-se uma força mobilizadora. Garantir sua coesão através de certas práticas, discursos e efeitos para se reagrupar. O racismo pode se manifestar desde expressões espontâneas até intensa hostilidade em relação ao grupo discriminado e, neste último caso, à destruição de pessoas pertencentes ao grupo racializado, consideradas ameaças. O racismo afeta determinados grupos, separa as comunidades física e socialmente, criando segregação, exclusão e violência (Zuboff, 2019).

O discurso racista promove a desconfiança e o ódio, o que, ao longo do tempo, leva à violência extrema. Praticar crimes baseados em atos políticos de ideologia racista, geralmente praticados contra os mais pobres e, portanto, os mais vulneráveis. A violência é a forma mais radical de expressão do racismo e depende sempre do contexto político em que ocorre (Zuboff, 2019).

Hoje em dia podemos observar que essas práticas ainda estão em voga e que há vítimas dela, destacando, estigmatizando, investigando e submetendo determinadas pessoas à suspeita por causa de seus traços físicos e culturais que se encaixam no perfil estereotipado. O problema racial continua a ser um grande problema na sociedade ocidental contemporânea, e as elites continuam a desempenhar um papel prioritário fundamental na sua reprodução. Continua firmemente entrincheirada, reproduzindo-se nas esferas raciais das majorias brancas sobre os imigrantes e outras minorias (Wilson, 1996).

O discurso, a mídia, os mitos e os alertas são peças fundamentais para criar um imaginário coletivo sobre uma ideologia. Exercem grande força, transformando o comportamento da sociedade e, conseqüentemente, na construção de uma nova realidade. Como menciona Foucault, o poder produz conhecimento, ainda mais sobre a ótica do conceito de "arqueologia do saber" (Foucault, 1972). Por isso, é importante analisar como a mídia e os discursos políticos influenciaram drasticamente a opinião pública americana pela forma como reproduziram as notícias dos ataques terroristas.

A concepção de mundo é construída por meio de símbolos materiais, normas estabelecidas e produção de imagens que estabelecem comportamentos sociais. A dominação se reproduz no cotidiano e na criação de sentidos comuns que percebem e reproduzem as relações sociais como relações de poder. Os diferentes modos de demonstração de conhecimento são estratégias para o exercício da dominação (Bourdieu; Jean-Claude Passeron, 1992).

A ameaça terrorista foi e continua a ser constantemente enfatizada na mídia e no discurso dos EUA, generalizando uma visão dos eventos como um perigo para a segurança nacional dos EUA. Através de argumentos em discursos construídos e imagens visíveis transmitidas repetidas vezes com o propósito de assustar, criar pânico e tentar justificar à opinião pública dos EUA e do mundo as políticas de guerra e intervenção militar, mudanças nas medidas de segurança, perda e restrição das liberdades constitucionais. Criando um clima de histeria em massa que conseguiu unir

o povo americano na guerra ao terror, no expansionismo militar e na discriminação racial contra estrangeiros (Vidal, 2002).

A Coordenação do Ministério da Propaganda menciona que sua tarefa é dirigir o pensamento da maior parte do mundo. Isso nos mostra que você pode controlar a opinião e a mentalidade das pessoas usando a mídia e os discursos com a ajuda de certas ferramentas. Altheide menciona que grupos politicamente orientados absorveram e dominaram em um grau surpreendente, não apenas na tecnologia televisiva, mas nos métodos de produção e distribuição de imagens televisivas (Altheide, 2003).

A imprensa, a televisão e a internet nos Estados Unidos tiveram um conteúdo e forma de apresentar as notícias dos atentados ocorridos na terça-feira 9/11. Essa propaganda apresentou uma grande carga de imagens e fotografias, como método descritivo, tornando-se transmissoras de conteúdo visual, porém com poucos textos verbais ou escritos, informativos ou explicativos. O material a que a mídia recorria com frequência era a recapitulação da cena terrorista, mostrando imagens instantâneas do evento, representativas da devastação, que são inseridas na mente e geram traumas na plateia (Coates; Rosenthal; Schechter, 2003).

A imensa cobertura da imprensa e da televisão sobre os atentados e as ações subsequentes nos Estados Unidos foi tendenciosa, exacerbando imagens em torno de todas aquelas informações que mostravam o terror causado nos cidadãos, a exaltação do sentimento patriótico, a coesão social e o mal causado pelos terroristas. Para os agentes do terror, é objetivo primordial que suas ações sejam divulgadas o mais amplamente possível, pois ao fazê-lo buscam impactar a opinião pública para exercer pressão sobre seu inimigo, bem como criar exatamente o que buscam: incutir terror (Coates; Rosenthal; Schechter, 2003).

Podemos ver como as imagens das torres gêmeas em chamas e a imagem dos aviões se chocando contra as torres em que o mal dos fundamentalistas islâmicos foi destacado, foram um instrumento de violência usado pelo discurso televisivo e pela mídia escrita. Mostraram árabes e muçulmanos enforcados, bandeiras americanas rasgadas e cidadãos apavorados. Essas imagens, que reproduziam espetacularidade, trágicas e sem explicação, repetiam-se excessivamente, penetrando no imaginário coletivo. Essas ações visavam gerar psicose na população. A passagem da violência vivida para a violência vista é o elo entre o real e o imaginário do coletivo permanentemente amedrontado. E é particularmente frágil diante da

instrumentalização que pode ser exercida pelo poder político (Coates; Rosenthal; Schechter, 2003).

As mensagens patrióticas eram incorporadas com o uso de elementos não racionais que evocavam sentimentos, mensagens não verbais como fotografias, ícones e símbolos como a bandeira dos Estados Unidos e/ou o uso de cores patrióticas e nacionais. Não foram mostradas imagens dos feridos ou cadáveres (Sheehi, 2010).

O presidente Bush aparecia como um representante do poder político americano, como um unificador e líder da nação, e a imagem do exército em aeroportos, ruas e edifícios implicava a presença da defesa. Isso foi usado como um unificador da sociedade, pois eles se sentiam protegidos por seu líder e defendidos pelo exército, ajudando a população a dar o voto de confiança ao seu governo. De acordo com as pesquisas, Bush inicialmente ganhou o apoio maciço de seus compatriotas na guerra ao terror, contra aqueles que perpetraram os ataques (Smith; Hiden, 2012).

A ideologia difundida pelo governo tem como objetivo fazer os cidadãos acreditarem que está tentando protegê-los, por isso mostrou que estava tomando medidas para prevenir futuros ataques terroristas e, portanto, foi inicialmente apoiada pelas massas. Assim, pôde-se apresentar-se como um governo protetor, por causa disso, os cidadãos estavam dispostos a sustentar o aparato governamental. No entanto, tornou-se um governo controlador, que buscava aprovação para suas ações inserindo uma ameaça constante, valendo-se do medo dos cidadãos para consolidar a nova ordem vigente e justificar certas políticas que sustentam seus próprios interesses (Smith; Hiden, 2012).

Alertas oficiais contínuos sobre possíveis ataques terroristas no país serviram para manter a ordem vigente. Os meios de comunicação fazem parte da criação e distribuição de discursos impregnados de medo, preparam o terreno para implementar certas medidas tributárias, dispersas e regulatórias de privacidade e liberdade através do bombardeio incessante de notícias a seu respeito. A forma de estabelecer uma nova norma é criar uma série de ameaças que colocam em risco a população e, dessa forma, a população apoia as ações do governo (Friend, 2011).

Discursos e a mídia destacaram a existência de uma possível e contínua ameaça de novos ataques. Dia após dia, o medo, a perplexidade e a incerteza cresciam entre a população civil. Insegurança não é terror, é a improbabilidade do

imprevisível. O medo funciona, as pessoas podem fazer qualquer coisa quando estão com medo, então uma atmosfera de ameaças incessantes foi criada. Eles elevaram o alerta para vermelho, laranja-vermelho e, em seguida, baixaram para laranja. Este sistema de alerta terrorista foi baseado em um código de cores, para preparar a população para um ataque terrorista, como fazem os sistemas de furacões, tornados e terremotos. Desde que este sistema entrou em vigor, manteve-se sempre amarelo indicando alto risco, e em seis ocasiões foi atualizado para laranja, indicando alto risco (Friend, 2011).

No entanto, este sistema de alarme antiterrorista não é eficiente devido a erros no sistema. Em primeiro lugar, o governo federal não tem habilidades para saber qual nível de ameaça usar e, por outro lado, não é possível implementar o mesmo nível de alarme em todo o país, já que, no caso de um possível ataque, os terroristas não podem atacar todos os lugares ao mesmo tempo. Este sistema de alerta não faz sentido num país tão grande, onde o nível de risco varia de lugar para lugar (Zuboff, 2019)

Por conseguinte, deveriam ter sido tomadas medidas a nível local para manter a segurança. Esse sistema de alarme não é eficiente, pelo contrário, seu único efeito foi contribuir para que a população ficasse constantemente apavorada (Zuboff, 2019).

Eles continuamente enviavam mensagens confusas, o que deixava as pessoas em estado de loucura. Em diferentes ocasiões, Bush mencionou em seus discursos; O mundo mudou depois do 11/9, mudou porque não estamos mais seguros. Voe e aproveite os pontos turísticos dos Estados Unidos. Estamos no ambiente de segurança mais perigoso que o mundo já conheceu. Saia com suas famílias e aproveite a vida. Os terroristas estão se esforçando por meios mais letais para nos atacar. Vá para a Disney World, na Flórida. De tempos em tempos um alerta para manter a população em constante tensão e desta forma mantê-la presente em todos os momentos. Fazer as pessoas acreditarem que havia uma ameaça quando não havia, destacando coisas que não estavam acontecendo no dia a dia. Por essa razão, o choque dos ataques não recuou nos cidadãos, em grande parte devido ao fato de que o próprio presidente constantemente reacendeu as chamas do terrorismo. O medo é uma ferramenta que os governos usam para ampliar seus dispositivos repressivos (Klein, 2010).

Foi lançada a propaganda mais colossal do planeta, com o objetivo de criar a atmosfera que justificasse e tornasse obrigatória a retaliação contra os culpados dos

ataques. Discursos, notícias e a mídia atacam o estrangeiro como uma ameaça alarmista para chamar a atenção do público. A mídia decidia quais imagens eram transmitidas e com que ritmo obsessivo e interminável de repetição, por exemplo: imagens de palestinos comemorando que correspondiam a um momento anterior, o que gerou ódio e ressentimento da população americana contra a comunidade árabe-muçulmana. Além dessas imagens, a confirmação de que os ataques foram realizados pelo terrorismo islâmico e a constante confirmação dos discursos em que se reafirma que seu objetivo é impor suas ideias radicais ao mundo, causaram distanciamento e desconfiança em relação à comunidade de imigrantes árabes e de origem muçulmana. Todos os árabes e muçulmanos parecem ser suspeitos por causa da existência de um criminoso chamado Osama Bin Laden (Vidal, 2002).

4. CONCLUSÃO

A presente análise, alinhada aos objetivos específicos do estudo e apoiada no referencial teórico discutido, revela importantes constatações sobre as mudanças nas políticas de segurança interna dos Estados Unidos pós-11 de setembro, sendo objetivo da pesquisa analisar o impacto dessas mudanças nas relações diplomáticas e militares, a percepção global do terrorismo, e a influência dessas políticas na legislação internacional antiterrorismo. Além disso, a pesquisa examina as implicações psicológicas e sociais do medo induzido pelos atentados de 11 de setembro e sua utilização como instrumento de dominação política.

O medo, como Freud sugere, é uma emoção contagiosa que pode ser exacerbada pela observação e experiência coletiva. No caso dos ataques de 11 de setembro, este medo coletivo foi amplificado pela constante transmissão das imagens dos atentados, gerando um estado de medo coletivo e vulnerabilidade. O governo dos Estados Unidos, liderado na época por George W. Bush, utilizou estrategicamente este medo para consolidar um regime de terror interno, promovendo políticas que fortaleciam o papel protetor do Estado e justificavam ações militares no exterior.

O nacionalismo emergente pós-11 de setembro nos EUA, como foi observado, tornou-se uma ferramenta poderosa na mão dos governantes para unificar as massas e legitimar políticas de segurança e ações militares. Este nacionalismo, entrelaçado

com sentimentos de medo e insegurança, criou um terreno fértil para a propagação do racismo, principalmente contra comunidades árabe-muçulmanas e outras minorias étnicas. O governo Bush capitalizou sobre estas emoções para reforçar a guerra ao terror, ao mesmo tempo que promovia uma narrativa de heroísmo nacionalista e lealdade à nação.

A mídia, como um veículo influente, desempenhou um papel crucial na disseminação de imagens e discursos que reforçavam a narrativa do governo. A constante repetição de imagens de destruição e a ênfase na ameaça terrorista serviram para manter o público em um estado de alerta e medo contínuo. Este estado de histeria coletiva não só unificou a nação sob a bandeira da guerra ao terror, mas também legitimou restrições às liberdades civis e uma expansão sem precedentes do aparato de segurança nacional.

A implementação de medidas de segurança rigorosas nos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro, apesar de visarem fortalecer a proteção interna e externa do país, não conseguiu dissipar completamente o medo entre os cidadãos. Esta situação paradoxal, onde o aumento da segurança coexiste com a persistência do medo, merece uma análise mais aprofundada.

As políticas de segurança adotadas pós-11 de setembro, incluindo a criação do Departamento de Segurança Interna (DHS), a implementação do USA PATRIOT Act, e a intensificação das práticas de vigilância, foram projetadas para criar uma barreira robusta contra ameaças futuras. Entretanto, estas medidas, embora eficazes em alguns aspectos, também tiveram consequências não intencionais, como a criação de um ambiente de constante vigilância e desconfiança.

O legado do 11 de setembro vai além das medidas de segurança tangíveis. O medo, uma vez incutido na psique coletiva, tornou-se uma presença constante. A persistência deste medo pode ser atribuída a vários fatores: o terrorismo, como ameaça, evoluiu com o tempo, adotando novas formas e estratégias. Esta incerteza contínua sobre a natureza e a origem do perigo mantém o medo vivo; a representação contínua de ameaças terroristas na mídia, acompanhada de alertas de segurança frequentes, mantém a população em um estado de alerta constante, a presença ubíqua de medidas de segurança, como scanners em aeroportos e vigilância pública, serve como um lembrete constante da possibilidade de ameaças, reforçando o medo.

Psicologicamente, a exposição contínua ao medo e à ansiedade pode levar a uma sensação generalizada de insegurança e paranoia. Socialmente, isso pode resultar em uma desconfiança generalizada, estigmatização de certos grupos, e um comprometimento das relações comunitárias.

O desafio para os formuladores de políticas e para a sociedade em geral é equilibrar as necessidades de segurança com a preservação das liberdades civis e da confiança social. A segurança excessiva pode ser tão prejudicial quanto a sua falta, criando uma sociedade onde o medo e a desconfiança se tornam a norma. Portanto, é crucial reavaliar continuamente as políticas de segurança, considerando seu impacto psicológico e social, além de sua eficácia prática.

A persistência do medo, apesar das medidas de segurança reforçadas, destaca a complexidade da gestão do terrorismo e suas ramificações. Enquanto a segurança física é essencial, é igualmente importante abordar as dimensões psicológicas e sociais do medo. A lição a ser aprendida é que uma abordagem holística, que equilibra segurança, liberdade e bem-estar psicológico, é fundamental para criar uma sociedade verdadeiramente segura e resiliente.

Através desta análise, fica evidente que as reações ao medo e ao trauma dos atentados de 11 de setembro foram habilmente manipuladas pelo governo dos EUA para fortalecer seu controle interno e justificar ações externas. As políticas de segurança adotadas nesse período refletem uma tendência crescente de sacrificar liberdades individuais em nome da segurança coletiva. Este estudo ressalta a importância de examinar criticamente as políticas de segurança e as estratégias políticas que se apoiam na psicologia do medo, alertando para os perigos de uma sociedade governada pelo medo e pela desconfiança.

A análise das políticas de segurança implementadas nos Estados Unidos pós-11 de setembro revela um cenário complexo. Enquanto medidas como o estabelecimento do DHS e o USA PATRIOT Act fortaleceram a segurança, elas também perpetuaram um estado de medo e ansiedade entre os cidadãos. Este medo, alimentado pela natureza mutável das ameaças terroristas e amplificado pela mídia e políticas de segurança visíveis, persiste apesar das proteções estabelecidas. O

desafio para a sociedade e para os formuladores de políticas é encontrar um equilíbrio entre segurança, liberdades civis e saúde psicológica da população.

- i Reavaliação Contínua das Políticas de Segurança: É vital reexaminar regularmente as políticas de segurança para garantir que sejam proporcionais às ameaças reais e para minimizar seu impacto negativo na vida cotidiana e nas liberdades civis.
- ii Foco na Resiliência Psicológica: Deve-se promover programas que visem fortalecer a resiliência psicológica da população contra o medo e a ansiedade. Isso inclui iniciativas de educação pública sobre as ameaças reais e a eficácia das medidas de segurança.
- iii Promoção de uma Mídia Responsável: É necessário incentivar uma abordagem mais equilibrada na cobertura de notícias relacionadas ao terrorismo, evitando sensacionalismo e fornecendo contextos apropriados para evitar a propagação do medo.
- iv Melhor Comunicação e Transparência Governamental: O governo deve se esforçar para comunicar claramente as razões por trás das medidas de segurança e como elas protegem os cidadãos, aumentando assim a confiança pública.
- v Inclusão e Diálogo Comunitário: Promover o diálogo entre diferentes comunidades e grupos sociais pode ajudar a reduzir a desconfiança e a estigmatização, fortalecendo o tecido social.
- vi Pesquisa e Desenvolvimento em Segurança e Tecnologia: Investir em pesquisa para desenvolver tecnologias de segurança que sejam eficazes, mas menos intrusivas, pode ajudar a reduzir o impacto psicológico das medidas de segurança.

- vii Cooperação Internacional: Fortalecer a cooperação internacional em matéria de inteligência, prevenção do terrorismo e políticas de segurança pode aumentar a eficácia das medidas de segurança, diminuindo a necessidade de abordagens agressivas internas.

As políticas de segurança pós-11 de setembro, embora tenham sido fundamentais na proteção contra ameaças terroristas, também trouxeram desafios significativos. Encontrar um equilíbrio entre segurança e liberdade é um processo contínuo e essencial para o bem-estar de uma sociedade livre e resiliente. As recomendações propostas visam orientar este processo, priorizando a segurança sem comprometer os valores fundamentais de liberdade e confiança que definem uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J. **Powerful assemblages?** 2011.
- ALTHEIDE, David L. Mídia e o Impacto Psicológico do 11 de setembro. **Journal of Media Psychology**, 15, no. 3, 2003, pp. 48-59.
- AMOORE, L.; DE GOEDE, M. **Risk and the War on Terror**. 2008.
- ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 2006.
- ANTHONY D. SMITH. **National Identity**. London: Penguin Books, 1991.
- ARENDT, H. **The Origins of Totalitarianism**. United Kingdom: Penguin Classics, 1951.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. 2002.
- ART, R. J.; RICHARDSON, L. **Democracy and Counterterrorism: Lessons from the Past**. 2007.
- BALDWIN, D. **Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate**. 1993.
- BARTOLUCCI, V.; SKOCZYLIS, J. **The Practice of Counterterrorism**. 2017.
- BENSAHEL, N. **A Coalition of Coalitions: International Cooperation Against Terrorism**. 2006.
- BONILLA-SILVA, E. **Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017.
- BOURDIEU, P.; JEAN-CLAUDE PASSERON. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio De Janeiro (Rj): F. Alves, 1992.
- BRASIL. **Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005**.
- BRASIL. **Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998**.

BUCHANAN, A.; KEOHANE, R. O. **The Legitimacy of Global Governance Institutions**. 2006.

BURES, O. **EU Measures to Combat Terrorist Financing**. 2018.

BUSH, George W. **Discursos Presidenciais Pós-11 de setembro**. Washington, D.C.: Casa Branca, 2001.

CALHOUN, L. **Target Killing and Drone Warfare**. 2016.

COATES, S. W.; ROSENTHAL, J. L.; SCHECHTER, D. S. **September 11: trauma and human bonds**. Hillsdale, NJ: Analytic Press, 2003.

CRENSHAW, M. **The Image of Terrorism and the Government's Response**. 2006.

DAHL, R. A. **Can international organizations be democratic? A skeptic's view**. 2009.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INTERNA (DHS). Departamento de Segurança Interna: **Criação e Funções**. Washington, D.C.: DHS, 2002.

DREZNER, D. W. **All Politics Is Global**. 2007.

ECKERT, S. E.; BIERSTEKER, T. J. **(Mis)Measuring Success in Countering the Financing of Terrorism**. 2008.

FOUCAULT, M. **Discipline And Punish**. [s.l.] Pantheon Books, 1977. FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge**. London: Tavistock Publications, 1972.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. In Obras Completas de Sigmund Freud, 1921. Londres: Hogarth Press.

FRIEND, D. **Watching the world change: the stories behind the images of 9/11**. New York: Picador, 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Relatório Anual**, 2019.

GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional). **Relatório Anual**, 2018.

GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional). **Relatório de Avaliação Mútua do Brasil**, 2010.

GARDNER, K. L. **Fighting Terrorism the FATF Way**. 2007.

GLASSNER, B. **The culture of fear** : why Americans are afraid of the wrong things. New York: Basic Books, 2018.

GOLDING, W. **Lord of the flies**. New York: Penguin Books, 2016.

GREENWALD, G. **No Place to Hide**. 2014.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Munique: Franz Eher Nachfolger, 1925.

HOBBSAWM, E. J. **La era del imperio, 1875-1914 / The Age of Empire**. [s.l.] Critica, 2001.

HOBBSAWM, E. J. **Nations and Nationalism since 1780**: Programme, Myth, Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HUNTINGTON, S. P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. London: Penguin, 1996.

IKENBERRY, G. J. **The Illusion of Geopolitics**. 2014.

JACOBY, S. **The age of American unreason**. London: Old Street, 2009.

JONES, S. G. **In the Graveyard of Empires: America's War in Afghanistan**. 2009.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine**. [s.l.] Henry Holt And Co, 2010.

KYVIG, D. E. **The age of impeachment** : American constitutional culture since 1960. Lawrence, Kan.: Univ. Press Of Kansas, 2008.

LAKE, D. A. **Making America Safe for the World**. 2010.

LEI USA PATRIOT ACT. **Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act**. Washington, D.C.: Congresso dos EUA, 2001.

- MEAD, W. R. **Poder, Terror, Paz e Guerra**. 2006.
- MILGRAM, S. **Obedience To Authority**. [s.l.] Pinter & Martin, 2010.
- MINISTÉRIO DA PROPAGANDA. **Comunicação e Propaganda Governamental**. Washington, D.C.: Governo dos EUA, 2001.
- NASSER, R. M.; PAOLIELLO, T. O. **Uma nova forma de se fazer a guerra?** 2015.
- NATO (North Atlantic Treaty Organization). **Cyber Defense Policy**. 2014.
- NICCOLÒ MACHIAVELLI; ZIMMERHOFF, J. **The Prince**. [s.l.] Createspace Independent Publishing Platform, 2017.
- NIST (National Institute of Standards and Technology). **Framework for Cybersecurity**. 2013.
- NOAM CHOMSKY. **Hegemony or survival** : America's quest for global dominance. New York: Metropolitan Books, 2003.
- NYE Jr., J. S. **The Future of American Power**. 2010.
- ORWELL, G. **1984**. London: Secker & Warburg, 1949.
- PERKINS, J. **Confissões de Um Assassino Econômico**. [s.l.] Editora Cultrix, 2005.
- REYNOLDS, J.; KENDI, I. X. **Stamped - Racism, antiracism, and you**. S.L.: Little, Brown, 2020.
- RICH, F. **The Greatest Story Ever Sold**. [s.l.: s.n.].
- ROGERS, P. **A Critical Perspective on the Global War on Terror**. 2016.
- ROMANIUK, P. **Multilateral Counter-Terrorism**. 2010.
- ROMANIUK, S. N. et al. **The Palgrave Handbook of Global Counterterrorism Policy**. 2017.
- ROSE, D. **Guantánamo: The War on Human Rights**. 2006.

ROSAND, E. **The UN-led multilateral institutional response to Jihadist terrorism.** 2006.

RYDER, N.; THOMAS, R.; WEBB, G. **The Financial War on Terrorism.** 2018.

SHEEHI, S. **Islamophobia: the ideological campaign against Muslims.** Atlanta, GA: Clarity Press, 2010.

SMITH, D. J.; HIDDEN, J. **Ethnic diversity and the nation state: national cultural autonomy revisited.** New York: Routledge, 2012.

TZU, S.; PIETRO NASSETTI. **A arte da guerra.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva da UE sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.** Bruxelas: União Europeia, 2015.

UNOCT (2018). **The Compact: Coordination Committee and Working Groups.**

VIDAL, G. **Perpetual War for Perpetual Peace.** [s.l.] Bold Type Books, 2002.

WALKER, C. **Counter-Terrorism Financing: An Overview.** 2018.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais.** 2002.

WEISS, T. G. **Global Governance: Why? What? Whither?** 2013.

WILSON, C. **A. Racism: from slavery to advanced capitalism.** Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1996.

WITTIG, T. **Understanding Terrorist Finance.** 2011.

WOODWARD, B. **Bush at war.** Volume III. New York: Simon & Schuster, 2006.

ZARATE, J. C. **Treasury's War.** 2013.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power.** New York: Public Affairs, 2019.